

Manifesto pede o fim de artigos

BRASÍLIA — Um manifesto assinado por 6 senadores e 19 deputados, dos mais diferentes partidos, foi entregue ontem ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, pedindo a retirada dos artigos 424 e 427 do projeto de constituição preparado pela Comissão de Sistematização, que impedem o aproveitamento dos minérios existentes no subsolo das terras indígenas, ao mesmo tempo em que deixariam vulneráveis as fronteiras e a soberania nacionais no norte.

De acordo com os signatários, o objetivo do manifesto é levar à Constituinte "os reclamos das populações dos Estados envolvidos, as quais pelos mais diversos meios vem alertando os seus representantes para os enormes e irreversíveis prejuízos de ordem econômica e social que lhes causará a permanência dos artigos 424 e 427, do projeto da Comissão de Sistematização, que retira do processo econômico produtivo 20% da extensão territorial da Amazônia Ocidental brasileira".

O manifesto é assinado por constituintes do Acre, Amazonas e Rondônia, além de representantes dos territórios do Amapá e Roraima. Segundo eles, permanecendo aqueles artigos, "a Amazônia e as unidades da federação que compõem a Amazônia Ocidental, jamais alcançarão o estágio social e econômico compatível com o das outras regiões do país, além de ver o Brasil amputado em seu território, no que diz respeito à sua soberania e à segurança de suas fronteiras".

Entre seus argumentos, os constituintes destacam que as áreas

definidas como reservas indígenas na Amazônia Ocidental somam 20% do seu território e 10% do território nacional, situando-se normalmente em áreas indispensáveis para a proteção das fronteiras e com registros de enorme potencial de riquezas minerais em seu subsolo.

Os signatários ressaltam não ser possível imaginar que o Brasil não possa conciliar, "mediante legislação ordinária", a atuação de empreendimentos de natureza econômica naquelas áreas, "em perfeita consonância com os interesses e com os direitos indígenas sobre essas mesmas áreas".

Eles concluem que "condenar o Brasil a ver-se despojado do direito de exercer, através de empresas brasileiras da iniciativa privada, a exploração das riquezas existentes em tal extensão de seu território, corresponde a atender os interesses alienígenas, que querem ver o país sempre dependente e não competitivo no mercado internacional".

No manifesto, os constituintes pedem o apoio do deputado Ulysses Guimarães para "que o Brasil não relegue a Amazônia ao empobrecimento permanente". Assinam o documento os senadores: Odair Soares, Nabor Júnior, Leopoldo Peres, Ronaldo Aragão, Olavo Pires e Aureo Mello. E os deputados: Rita Furtado, Narciso Mendes, Francisco Diógenes, Sadie Hauache, Rubem Branquinho, Francisco Sales, Maria Lúcia, Tese Melo, José Guedes, Expedito Júnior, Alécio Dias, Assis Canuto, Marluce Pinto, Raquel Cândido, José Dutra, Carrel Benevides, Ottomar Pinto, Arnaldo Martins e Ezio Ferreira.